



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

DESPACHO Nº 287, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

(Publicado no DOU nº 228, de 28 de novembro de 2018)

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve declarar a caducidade e a revogação tácita dos atos normativos em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 20 de novembro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

ALIMENTOS			
ATO	ASSUNTO	STATUS	JUSTIFICATIVA
Portaria SVS/MS nº 741, de 16/09/1998	Estabelece que os alimentos por serem considerados como naturais, podem ser comercializados em todo o território nacional pelas empresas responsáveis, produtoras e importadoras, mediante prévia protocolização.	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.
Portaria SVS/MS nº 818, de 16/10/1998	Prorroga o prazo de vigência da Portaria nº 741 SVS, de 16/09/98, referente à comercialização de alimentos considerados como naturais	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

Portaria SVS/MS nº 946, de 26/11/1998	Prorroga o prazo por 30 dias, a partir de 16/11/1998, o prazo de vigência da Portaria nº 741, de 16/09/1998, referente à comercialização de alimentos considerados como "naturais".	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.
Portaria SVS/MS nº 1.050, de 29/12/1998	Prorroga por 90 (noventa) dias, a partir de 15 de dezembro de 1998, o prazo de vigência da Portaria nº 741-SVS, de 16 de setembro de 1998.	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.
Portaria SVS/MS nº 254, de 24/03/1999	Prorroga o prazo da Portaria nº 741, de 16/09/1998, referente à comercialização de alimentos considerados como "naturais"	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.
Portaria SVS/MS nº 286, de 01/04/1999	Inclui os alimentos Quintosana e Cartilagem de Tubarão na relação anexa à Portaria nº 741, de 16/09/1998, que estabelece que os alimentos por serem considerados como naturais, podem ser comercializados em todo o território nacional pelas empresas responsáveis, produtoras e importadoras, mediante prévia protocolização.	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.
Resolução nº 112, de 20/05/1999	Prorroga o prazo da Portaria nº 741, de 16/09/1998, referente à comercialização de alimentos considerados como "naturais".	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.
Resolução nº 323, de 21/07/1999	Prorroga por 90 dias, o prazo de vigência da Portaria nº 741, de 16/09/1998, referente à comercialização de alimentos considerados como "naturais".	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

Resolução – RE n° 9, de 04/11/1999	Prorroga o prazo de vigência da Portaria n° 741/98, referente à comercialização de alimentos considerados como "naturais".	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.
Resolução – RE n° 30, de 08/12/1999	Prorroga por 30 dias, a partir de 09/12/1999, o prazo de vigência da Portaria n° 741, de 16/09/1998, referente à comercialização de alimentos considerados como "naturais".	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.
Resolução – RE n° 4, de 13/01/2000	Prorroga por 30 dias, a partir de 07 de janeiro de 2000, o prazo de vigência da Portaria SVS/MS n.º 741, de 16 de setembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 1998, referente à comercialização de alimentos considerados como "naturais".	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.
Resolução – RE n° 15, de 09/02/2000	Prorroga por 30 dias, a partir de 06 de fevereiro de 2000, o prazo de vigência da Portaria SVS/MS n.º 741, de 16 de setembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 1998, referente à comercialização de alimentos considerados como "naturais".	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.
Resolução – RE n° 22, de 13/03/2000	Prorroga por 30 dias, a partir de 06 de março de 2000, o prazo de vigência da Portaria SVS/MS n.º 741, de 16 de setembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 1998, referente h comercialização de alimentos considerados como "naturais".	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

Resolução – RE n° 34, de 04/04/2000	Prorroga por 30 dias, a partir de 04 de abril de 2000, o prazo de vigência da Portaria SVS/MS n.º 741, de 16 de setembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 1998, referente à comercialização de alimentos considerados como "naturais".	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.
Resolução – RE n° 51, de 09/05/2000	Prorroga por 30 dias, a partir de 04 de maio de 2000, o prazo de vigência da Portaria SVS/MS n° 741, de 16 de setembro de 1998 publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 1998, referente à comercialização de alimentos considerados como "naturais".	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.
Resolução – RDC n° 55, de 15/06/2000	Dispõe sobre a prorrogação do prazo da Portaria SVS/MS n.º 741 de 16/09/98 e retirada de produtos constantes do seu Anexo.	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.
Resolução – RE n° 85, 24/07/2000	Prorroga por 30 dias, a partir de 04 de julho de 2000, o prazo de vigência da Portaria SVS/MS n° 741, de 16 de setembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 1998, referente à comercialização de alimentos considerados como "naturais".	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.
INSUMOS FARMACÊUTICOS			
ATO	ASSUNTO	STATUS	JUSTIFICATIVA
Resolução – RDC n° 91, de 28/12/2007	Fica instituído o prazo determinado, conforme abaixo, para o cumprimento, por parte das empresas, dos itens do capítulo "validação"	Revogada	Revogada tacitamente pela Resolução – RDC n° 69, de 08/12/2014

Este texto não substitui o(s) publicado(s) em Diário Oficial da União.



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

	disposto no Regulamento Técnico das Boas Práticas de Fabricação de Produtos Intermediários e Insumos Farmacêuticos Ativos, de que trata o anexo I da RDC N°. 249, de 13 de setembro de 2005.		
Resolução – RDC n° 53, de 30/11/2010	Altera prazos fixados pela Resolução – RDC n° 65, de 23 de setembro de 2008.	Revogada	Revogada tacitamente pela Resolução – RDC n° 69, de 08/12/2014
SANEANTES			
ATO	ASSUNTO	STATUS	JUSTIFICATIVA
Resolução – RDC n° 39, de 28/04/2000	Dispõe sobre atualização de normas e procedimentos referentes à registro de produtos Saneantes Domissanitários com ação antimicrobiana.	Revogada	Revogada tacitamente pela Resolução – RDC n° 35, de 16/08/2010
Resolução – RDC n° 107, de 19/12/2000	Permitir o uso da substância BROMETO DE LAURIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO na Portaria DISAD n.º 15 de 23 de agosto de 1988 como desinfetante hospitalar para superfícies fixas.	Revogada	Revogada tacitamente pela Resolução – RDC n° 35, de 16/08/2010
Resolução – RDC n° 115, de 08/06/2001	Dispõe sobre atualização de normas e procedimentos referentes à registro de produtos Saneantes domissanitários com ação antimicrobiana.	Revogada	Revogada tacitamente pela Resolução – RDC n° 35, de 16/08/2010
SANGUE, TECIDOS, CÉLULAS E ÓRGÃOS			
ATO	ASSUNTO	STATUS	JUSTIFICATIVA



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

Resolução – RDC nº 19, de 23/03/2012	Altera a Resolução RDC nº 56, de 16 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o regulamento técnico para o funcionamento dos laboratórios de células progenitoras hematopoéticas (CPH) provenientes de medula óssea e sangue periférico e bancos de sangue de cordão umbilical e placentário, para finalidade de transplante convencional e dá outras providências.	Revogada	Revogada tacitamente pela Resolução – RDC nº 214, de 07/02/2018
SERVIÇOS DE SAÚDE			
ATO	ASSUNTO	STATUS	JUSTIFICATIVA
Resolução – RDC nº 58, de 20/01/2016	Altera a Resolução - RDC n.º 302, de 13 de outubro de 2005, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos.	Revogada	Revogada tacitamente pela Resolução – RDC nº 29, de 30/06/2011
TEMAS TRANSVERSAIS			
ATO	ASSUNTO	STATUS	JUSTIFICATIVA
Portaria SVS/MS nº 307, de 21/07/1997	O prazo de vigência das Portarias SVS nºs 59/95, 172/96, 190/96, 97/97 e 103/97 suspenso por 90 dias, a contar de 30 de abril de 1997, data da publicação da Portaria nº 166, de 29 de abril de 1997, fica prorrogado até 29 de setembro de 1997.	Revogada	Revogada tacitamente pelas Portarias SVS/MS nº 321, de 28/07/1997; 32, de 13/01/1998; 344, de 12/05/1998 e 772, de 02/10/1998
Portaria SVS/MS nº 462, de 25/09/1997	O prazo de vigência das Portarias nºs. 59/95, publicada no DOU de 14/07/1995; 172/96, publicada no DOU de 5/11/1996; 190/96	Revogada	Revogada tacitamente pelas Portarias SVS/MS nº 321, de 28/07/1997; 32, de



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

	publicada no DOU de 5/12/1996; 97/97, publicada no DOU de 10/03/1997; 103/97, publicada no DOU de 11/03/1997, suspenso por 90 dias, a contar de 30/04/1997, data da publicação da Portaria n° 166, de 29/04/1997, prorrogado até o dia 29/09/1997, pela Portaria n° 307, de 21/07/1997, fica prorrogado por 60 dias, a fim de atender aos procedimentos de consulta pública promovida por este Ministério.		13/01/1998; 344, de 12/05/1998 e 772, de 02/10/1998
Portaria SVS/MS n° 643, de 15/12/1997	Prorroga o prazo das Portarias n°s 166/95, 97/97 e 103/97.	Revogada	Revogada tacitamente pela Portaria SVS/MS n° 344, de 12/05/1998 e Resolução – RDC n° 3, de 02/01/2001
Portaria SVS/MS n° 152, de 18/02/1998	Prorroga por mais 20 dias, o prazo de consulta pública para a Portaria n° 53, de 15/01/1998, publicada no DOU de 19 subsequente, expirando desta forma em 18/02/1998, cujo teor trata de Proposta de Regulamento Técnico Sanitário de Procedimentos de Controle de Produtos Importados, submetidos ao regime de vigilância sanitária, nos terminais alfandegários.	Revogada	Revogada tacitamente pela Portaria SVS/MS n° 772, de 02/10/1998
Resolução – RDC n° 29, de 31/03/2000	Dispõe sobre o Sistema de Recolhimento da Arrecadação de Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária e dá outras providências	Revogada	Revogada tacitamente pela Resolução – RDC n° 6, de 02/01/2001
Resolução – RDC n° 63, de 27/09/2007	Publicar a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da	Revogada	Revogada tacitamente pela Resolução – RDC n° 88, de 18/21/2007



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

	Portaria SVS/MS nº.344, de 12 de maio de 1998, republicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 1999		
Resolução – RDC nº 192, de 11/12/2017	Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.	Revogada	Revogada tacitamente pela Resolução – RDC nº 227, de 17/05/2018
Resolução – RDC nº 227, de 17/05/2018	Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.	Revogada	Revogada tacitamente pela Resolução – RDC nº 246, de 21/08/2018
Resolução – RDC nº 229, de 30/05/2018	Dispõe sobre a prorrogação dos prazos processuais no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Caduca	Ato temporário que perdeu sua vigência e eficácia pelo advento do prazo ou da condição.